



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de grama sintética para áreas de recreação das Unidades Escolares atendendo interesses da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo-RJ, em aperfeiçoamento dos locais para maior segurança para os alunos e conforto durante as aulas, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º e inciso II do Decreto Federal nº 11.462/2023 até que sobrevenha regulamentação municipal
1.4	Período:	1 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6 Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de grama sintética para áreas de recreação das Unidades Escolares atendendo interesses da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo-RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT/ CATSER	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
01	294388	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA 25MM PARA PAISAGISMO, proteção contra raios ultravioleta, baixa abrasividade, proteção antichama (não alastra o fogo). Com proteção antifúngica e antibactericida. Para instalação em base de concreto, piso, contrapiso, asfáltico, cerâmica e pedra lisa.	M²	14.470



		<p>ESPECIFICAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none">• Composição da Fibra de 100% Polietileno;• Estabilização à ação dos raios UV;• Espessura de 25mm (especifica para playground);• Revestimento da base em Látex, PU e proteção antifúngica e antibactericida;• Cor Verde Escuro;• Proteção antichama;• Garantia de no mínimo 01 (um) ano para defeitos de fabricação e instalação; <p>TODOS OS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E EVENTUAL SUBSTITUIÇÃO DA GRAMA (TAIS COMO TAPE, COLA, GRANULOS DE BORRACHA E OUTROS) SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.</p>		
--	--	---	--	--

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 3.827/2024.

1.9 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.10 O fornecimento de bens é enquadrado como não contínuo, tendo em vista que uma vez finalizada a entrega e os serviços de instalação soluciona-se a demanda, considerando a vigência da ata que poderá ser prorrogada;

1.11 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, critério de julgamento: menor preço, através do Sistema de Registro de Preços;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A solução fora analisada e se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo II). Diante do objetivo a ser alcançado, que é o fornecimento e instalação de Grama Sintética para áreas de recreação das Unidades Escolares atendendo interesses da Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo-RJ, a opção mais adequada se encontra em se fazer através de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico. Utilizando o critério de julgamento menor preço por item, além de cumprir o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 A aquisição deverá obedecer aos princípios gerais de sustentabilidade, conforme preconiza a Lei 14.133/2021;

4.1.1.2. O objeto a ser adquirido deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO;

4.1.2 Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.1.3 Da exigência de amostra:

4.1.3.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.1.3.2 Serão exigidas amostras da Grama Sintética conforme especificação presente neste Termo de Referência;

4.1.3.3 As amostras poderão ser entregues no endereço: Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28630220 (Almoxarifado Central) , no prazo limite



estabelecido no edital, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.1.3.4 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.1.3.5 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.1.3.6 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

A) Tamanho, Altura, Espessura e Densidade e Cores;

B) A verificação será realizada de acordo com as especificações do produto contidas neste Termo de Referência.

4.1.3.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.3.8 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.1.3.9 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;

4.1.3.10 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 7 (sete) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.;

4.1.3.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.1.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.1.5.1. Não se faz necessária sua aplicação para este objeto, uma vez que, trata-se de Registro de Preços, que encontra regulamentação através do Decreto Federal nº 11.462/2023, visto que a Administração Pública pode ou não adquirir ou contratar o produto que estiver registrado;

4.1.6. Todos os equipamentos e materiais necessários para a instalação e eventual substituição da grama (tais como tape, cola, granulos de borracha e outros) serão de responsabilidade da contratada, tendo em vista que os preços ofertados deverão englobar todos os custos;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O fornecimento e instalação serão executados em até 10 (dez) dias mediante solicitação formal da contratante por meio da emissão da Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente, através do setor de Infraestrutura da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os endereços relacionados no Anexo I deste Termo de Referência;

5.2 Os serviços serão solicitados exclusivamente mediante ordem de serviço, e com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;

5.3 Após a expedição da ordem de serviço, providenciar o agendamento prévio com o Setor de Infraestrutura, evitando-se interferência nas atividades das Unidades Escolares;

5.4. O objeto deverá ser entregue e instalado parceladamente, de acordo com as solicitações da Municipalidade em conformidade com as especificações exigidas neste termo de referência;

5.5. O (a) Gestor (a) da Ata de Registro de Preços encaminhará para a empresa contratada, juntamente com a Nota de Empenho, o quantitativo a ser instalado em M², juntamente com indicação do local a ser realizada a entrega e instalação;

5.6. O endereço de entrega, conforme anexo I deste termo de referência poderá sofrer alteração e a Administração Pública deverá informar à contratada com 2 (dois) dias de antecedência;

5.6.1. O Anexo I deste Termo de Referência apresenta todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino que poderão ser beneficiadas com a colocação da Grama Sintética;

5.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.8 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.9 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.10 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.10.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.12 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.12.1 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

5.12.1.1 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.12.1.2 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.12.1.3 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.12.1.4 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12.1.5 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12.1.6 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12.1.7 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12.1.8 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a

contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.12.1.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12.1.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- 6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;
- 6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;
- 6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Município De Nova Friburgo CNPJ: 28.606.630/0001-23, Endereço: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28613-001 .

7.2. Todos os materiais deverão ser entregues nas Unidades Escolares, conforme solicitação, nos endereços anexos a este Termo de Referência;

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I c/c art. 17, § 2º c/c art. 33, inciso I da Lei nº 14.133.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde



se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

8.14 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

8.15 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.16 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.17 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta



- licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 - fraudar a licitação

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 - advertência;

10.2.2 - multa;

10.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 - as peculiaridades do caso concreto



10.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4- A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado

10.5- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6- Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7- A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8- Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar



e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da
---------------	----------------------	-------------------	-------------

Orçamentária			Despesa
Secretaria Municipal de Educação	22004.1236500732.177 22003.1236500642.160 22002.1236100542.140	155000000000 150010010000	3339030-19

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 26 de fevereiro de 2024

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<u>Caroline Pinheiro Gallo</u> Matr.: 63.362	<u>Fernando Samuel de Lima</u> Matr.: 107.445

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo

O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Matr.: 990.953

ANEXO I - UNIDADES ESCOLARES

ESCOLAS	
Acyr Spitz	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua José Domingos Benvenuti , s/nº - Lumiar	
Cep: 28.616-970	Tel: (22)99871-9490
acyrspitz@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Adezir Almeida Garcia (Funcionando no antigo Centro Adventista - Av. Antônio Mario de Azevedo, Córrego Dantas - Cep: 28630-310)	
Endereço / Telefone / E-mail	
R. Luiz Schottz, nº 411 – Córrego D'Antas	
Cep.: 28.630-000	Tel.: 2529-3116
adeziralmeida@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Alberto Meyer	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Manoel Frossard, s/nº - Granja Spinelli	
Cep: . 28.613-000	Tel: 2520-1676
albertomeyer@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Alcides Francisco Brantes	
Endereço / Telefone / E-mail	
Estrada do Floresta - Salinas, s/nº - Salinas	
Cep: 28.600-030	Tel: 2543-2835 / 2543-3698 (Pedro)
alcidesbrantes@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Amâncio Mário de Azevedo	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua D. João VI, 1647 - Cascatinha	
Cep: 28.621-350	Tels: 2523-7794
amancioazevedo@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Anna Barbosa Moreira	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Hormindo Silva, s/nº - Praça da Lagoinha	
Cep: 28.625-430	Tel: 2533-2462
annabarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Batista	
Endereço / Telefone / E-mail	



Rua Presidente Vargas, 60/62 - Olaria
Cep: 28.623-410 Tel: 2522-5808
batista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Bernardo Pacheco
Endereço / Telefone / E-mail
Rua João Gonçalves Bastos, s/nº - Santa Bernadete
Cep: 28.610-000 Tel: 2529-2291
bernardopacheco@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Cecília Meireles
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Tohoru Kassuga, 218 - Cascatinha
Cep: 28.621-360 Tel: 2528-3192
ceciliameireles@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Claudir Antônio de Lima
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Eugênio Nideck, 59 - Catarcione
Cep: 28.614-310 Tel: 2522-5978
claudiralima@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Cypriano Mendes da Veiga
Endereço / Telefone / E-mail
Estr.Cypriano Mendes da Veiga, 4.545 - Barracão dos Mendes
Cep: 28.600-991 Tel: 2543-2764 (NÃO ESTÁ FUNCIONANDO)
cypriano@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Dante Laginestra
Endereço / Telefone / E-mail
Estr. Friburgo-Sumidouro, Km 13 - Riograndina
Cep: 28.610-000 Tel: 2540-1363
dantelaginestra@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Dante Magliano
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Prefeito Cesar Guinle, s/nº - Ponte da Saudade
Cep: 28.615-000 Tel: 2533-3524
dantemagliano@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Décio Monteiro Soares
Endereço / Telefone / E-mail
Avenida Nossa Senhora do Amparo, 3.995 - Prado
Cep: 28.635-010 Tel: 2527-3857
deciomonteiro@sme.novafriburgo.rj.gov.br



Dermeval Barbosa Moreira
Endereço / Telefone / E-mail
Av. Júlio Antonio Thurler, 335 - Olaria
Cep: 28.620-000 Tels: 2528-1358
dbm@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Dinah Lantimant Bravo
Endereço / Telefone / E-mail
Rua João Corrêa da Silva, s/nº - Santo André
Cep: 28.635-270 Tel: 2527-4472
dinahbravo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Ernesto Tessarollo
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Aureliano Barbosa Faria, 40 - Alto do Floresta
Cep: 28.634-060 Tel: 2527-4086
ernestotessarollo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Estação do Rio Grande (Funcionando na Rua Francisco Luiz Fernandes, nº 1.334 - lote 03 - Quadra 1 - Loteamento Vale das Almas - Conselheiro Palulino)
Endereço / Telefone / E-mail
Pç. Nossa Senhora do Rosário s/nº - Riograndina
Cep: 28.634-485 Tel: 2540-1802
estacaoriogrande@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Florândia da Serra
Endereço / Telefone / E-mail
Buracada dos Gomes, s/nº - Florândia da Serra
Cep: 28.600-000 Tel: 2543-2814
florandia@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Flores de Nova Friburgo
Endereço / Telefone / E-mail
Estr. João Heringer, s/nº - Vargem Alta
Cep: 28.615-055 Tel: 2523-5005
floresnf@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Francisco Silveira
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Marfisa da Rosa Pinheiro, s/nº - Jardim Califórnia
Cep: 28.135-130 Tel.: 2527-4580
franciscosilveira@sme.novafriburgo.rj.gov.br



Helena Coutinho (Funcionando no Centro Educacional Nossa senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050

Endereço / Telefone / E-mail

Rua Joaquim Moreira Pinto, s/nº - Lot. Nosso Sonho - Olaria

Cep: 28.623-670

Tel: 2522-5657

helenacoutinho@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Hélio Gonçalves Corrêa

Endereço / Telefone / E-mail

Rua Francisco Primo de Queiroz, 165 - Jardimlândia

Cep: 28.633-240

Tel: 2529-1010

heliogoncalves@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Hermenegildo Gripp

Endereço / Telefone / E-mail

Rua Dez de Outubro, s/nº - Amparo

Cep: 28.605-970

Tel: 2541-2097

hermenegildo@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Hermínia da Silva Condack

Endereço / Telefone / E-mail

Av. Antonio Mario de Azevedo, Km 13 - Campo do Coelho

Cep: 28.630-010

Tel: 2543-1102

herminiacondack@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Hermínia dos Santos Silva

Endereço / Telefone / E-mail

Rua Lair Rocha Turque, 41 - Chácara do Paraíso

Cep: 28.605-350

Tel: 2522-6564

herminiasantos@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Honório Tardin

Endereço / Telefone / E-mail

Estrada João Cabral, s/nº - Baixada de Salinas

Cep: 28.610-310

Tel.: 2543-3737 (orelhão)

honoriotardin@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Iza Saippa Ranucci

Endereço / Telefone / E-mail

Rua Benjamin Constant, 115 - Duas Pedras

Cep: 28.630-210

Tel: 2522-4858

izasaippa@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Izabel Gomes Siqueira

Endereço / Telefone / E-mail



Rua Rufino Siqueira - Lot. Parque das Flores - Cons. Paulino
Cep: 28.635-500 Tels: 9.8161-9230
izabelgomes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Jardel Hottz
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Vicente de Moraes, 29 - Braunes
Cep: 28.611-090 Tel: 2519-2231
jardelhottz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
João Vicente Valladares
Endereço / Telefone / E-mail
RJ 116, KM 69 – Debossan
Cep: 28.615-065 Tel: 2519-4516 / 2542-1983 (orelhão)
joaovicente@sme.novafriburgo.rj.gov.br
José Alves de Macedo
Endereço / Telefone / E-mail
Fazenda Rio Grande, s/n – Conquista
Cep: 28.600-000 Tel: 2519-6359
josealvesm@sme.novafriburgo.rj.gov.br
José Antônio Teixeira
Endereço / Telefone / E-mail
Estrada Macaé de Cima, s/nº - Lumiar
Cep: 28.620-000
joseantonio@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Juscelino Kubitschek de Oliveira
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Joaquim Moreira Neto, s/nº - Varginha
Cep: 28.616-260 Tel: 2522-3302
jk@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Lafayette Bravo Filho
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Aureliano Barbosa Faria, s/nº - Lot. Floresta
Cep: 28.634-060 Tel: 2520-5321
lafayettebravo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Maximillian Falck
Endereço / Telefone / E-mail
Av. Hamburgo, s/nº - Mury
Cep: 28.615-230 Tel: 2519-5222 Cel: 99233-7292
maximillian@sme.novafriburgo.rj.gov.br



Messias de Moraes Teixeira (Funcionando no Centro Educacional Nossa senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Ary Parreira s/nº - Olaria
Cep: 28.620-330 Tels: 2526-9540 / 2523-3644
messiasmoraes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Miguel Raymundo de Moraes Bittencourt
Endereço / Telefone / E-mail
R. Dom João VI, s/nº - Praça de Sant'Anna - Cônego
Cep: 28.621-340 Tel: 2533-1156
miguelbittencourt@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Nair de Araújo Rodrigues
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Dr. Feliciano Benedito da Costa, s/nº -São Geraldo
Cep: 28.630-330 Tel: 2527-5163 / 2521-6897 (orelhão)
nairaraujo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Odette Penna Muniz (Jamil El-Jaick. Rua Euclides Solon de Pontes, 33 - Centro) CEP 28.625-020
Endereço / Telefone / E-mail
Praça da Bandeira, 2 – Vila Nova - Centro
Cep: 28.630-040 Tel: 2528-8561
odette@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Padre Rafael
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Darcília dos Santos, s/nº – Cordoeira
Cep: 28.613-750 Tel: 2519-2217
padrerafael@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Pastor Schlupp
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Cinésio da Rocha, s/nº - Parque Mª Tereza
Cep: 28.634-120 Tel: 2520-5284
pastorschlupp@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Patrícia Jonas Sant'Anna
Endereço / Telefone / E-mail
Rua São Paulo, s/nº - Bela Vista - Olaria
Cep: 28.623-200 Tel: 2520-6164
patriciajonas@sme.novafriburgo.rj.gov.br



Rei Alberto I	
Endereço / Telefone / E-mail	
Estrada dos Três Picos, s/nº - Baixada de Salinas	
Cep: 28.635-990	Tel: 2543-6911
reialberto@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Rui Barbosa	
Endereço / Telefone / E-mail	
Av. Governador Roberto Silveira, 3.650 - Prado	
Cep: 28.635-000	Tel: 2527-7279
ruibarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Rui Sanglard	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Isaias de Medeiros Lopes, s/nº - Rui Sanglard	
Cep 28.635-000	Tel: 2527-3944
ruisanglard@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Santa Paula Frassinetti	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Luiza Carpenter, 17 - Centro	
Cep 28625-170	Tel: 2522-6936
santapaula@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
São José (Funcionando no Centro Educacional Nossa Senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Pedro Hugo Folly, 46 - Alto de Olaria	
Cep: 28.620-260	Tel: 2521-5129
saojose@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
São Judas Tadeu	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Romana Villas Boas Schuenck, s/nº - Nova Suíça	
Cep: 28.605-706	Tel: 2522-1458
saojudas@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
São Lourenço (Victorino Bento de Toledo)	
Endereço / Telefone / E-mail	
Estrada FRI - 002 - KM 19 - São Lourenço	
Cep: 28.620-991	Tel: 2543-3120
victorino@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
São Pedro da Serra	
Endereço / Telefone / E-mail	



Rua Rodrigues Alves, 74 - São Pedro da Serra
Cep: 28.616-155 Tel.: 2542-6061
saopedro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Tiradentes
Endereço / Telefone / E-mail
Rua João Lamblet, s/nº - Lot. Tiradentes - Amparo
Cep: 28.605-590 Tel: 2541-2055
tiradentes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Umbelina Breder de Queiroz
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Atalício Schaustz, s/nº - Jardim Califórnia
Cep: 28.630-740 Tel: 2520-5197
umbelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Vale de Luz
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Sebastião Pereira da Silva, 197 - Cons. Paulino
Cep: 28.633-540 Tel: 2520-5602
valedeluz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Vargem Alta
Endereço / Telefone / E-mail
Estrada João Heringer, s/nº - Vargem Alta
Cep: 28.611-990 Tel: 2519-1015 (orelhão)
vargemalta@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Vevey la Jolie
Endereço / Telefone / E-mail
Avenida Antônio Mário de Azevedo, 18.800 - Conquista
Cep: 28.630-590 Tel: 2529-4168 / 2529-4274
vevey@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Waldir Lopes de Carvalho
Endereço / Telefone / E-mail
Av: Antonio de Sá Martins, s/nº - Santa Cruz
Cep: 28.630-993 Tel: 2543-6897
waldirlopes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima
Endereço / Telefone / E-mail
Rua General Osorio, 324 - Centro
Cep: 28.625-630 Tel: 2533-1178
eenfermagemnsf@sme.novafriburgo.rj.gov.br



CRECHES
Adahil da Cruz
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Eugênio Gripp, s/nº - Braunes
Cep: 28.611-300 Tel.: 2521-7896
adahildacruz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Américo Ventura Filho
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Cândido Pardal, 55 - Alto de Olaria
Cep: 28.620-200 Tel: 2533-2013
americoventura@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Adriano Affonso Freitas
Endereço / Telefone / E-mail
R. Antônio Saraiva de Lira, 35 - São Jorge
Cep: 28.600-990 Tel.: 2527-0611
adrianoaffonso@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Alaene Pacheco Breder
Endereço / Telefone / E-mail
Av. Nossa Senhora do Amparo, 3525 - Prado
Cep: 28.634-230 Tel: 2533-2459
alaenebreder@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Augusta Horn
Endereço / Telefone / E-mail
Praça de Sant'Ana, 85 - Cônego
Cep: 28621-680 Tel: 2522-3892
augustahorn@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Bela Vista
Endereço / Telefone / E-mail
Rua São Paulo, 27 - Bela Vista - Olaria
Cep: 28.623-200 Tel: 2533-3916
belavista@sme.novafriburgo.rj.gov.br



Brasilina da Rosa Teixeira
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Clarindo da Rosa Teixeira, s/nº - Cons. Paulino
Cep: 28.633-370 Tel: 2527-2085
brasilina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Cantinho Feliz
Endereço / Telefone / E-mail
RJ 116 - km 72 - Mury
Cep: 28.615-230 Tels: 2542-1945/2542-2442
cantinhofeliz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Carmem Rodrigues de Souza
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Paraiba, 14 - Bela Vista - Olaria
Cep: 28.623-160 Tel: 2519-2396
carmemrodrigues@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Clementina Alves Martins
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Geraldo Flauzinio de Oliveira, s/nº - Lot. Nilo Martins
São Geraldo Cep: 28630-430 Tel.: 2521-6703/2519-6155
clementina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conceição Cortes Teixeira (Funcionando na Rua Tiradentes nº 250 - área B - Centro) CEP: 28623-020
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Luiza Carpenter, 17 - Centro
Cep: 28.625-170 Tel: 2522-4349
conceicaocortes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Dolores de Sá Schuenck
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Rosa Schuenck Toledo, s/nº - Centenário
Cep: 28.630-500 Tels: 2543-3610/2519-6410
doloresdesa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Edith Silva Santos (Funcionando na Rua Virgilio Laginestra nº 486 - Parque Maria Teresa) CEP: 28634-200
Endereço / Telefone / E-mail
R. Luiz Carestiato s/n - Parque Maria Teresa
Cep. 28.634-110 Tel: 2527-8083/2580-6017
edithsilva@sme.novafriburgo.rj.gov.br



Elisa Teixeira de Uzeda
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Prefeito José Eugênio Muller, s/nº - Centro
Cep: 28.610-010 Tel: 2523-0813
elisauzeda@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Elvira Almeida da Silveira
Endereço / Telefone / E-mail
Av. Antonio Mário de Azevedo, 12.367 - Campo do Coelho
Cep: 28.630-510 Tel: 2543-1405
elviraalmeida@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Elza Barbosa Melhorança
Endereço / Telefone / E-mail
Rua José Martins dos Santos, 54 - Olaria
Cep: 28.610-000 Tels: 2528-0496 / 2533-2720
6
Emilia Adelaide Ferreira
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Leonino Dutra, 830 - Varginha
Cep: 28.616-260 Tel: 2521-8440
emiliadelaide@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Emílio Melhorance
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Espírito Santo, s/nº - Olaria
Cep: 28.623-360 Tel: 2521-5382
emiliomelhorance@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Franz Haug - Aldeia da Criança Alegre
Endereço / Telefone / E-mail
Travessa José Ernesto Knust, s/nº - Conselheiro Paulino
Cep: 28.635-495 Tel: 2527-2143 / 2580-6025
franzhaug@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Gilcely Barradas Canto
Endereço / Telefone / E-mail
R. Padre Hermann Josef Wriste, s/nº - Barroso - Amparo
Cep: 28.600-000 Tel: 2541-2405
gilcelybarradas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Iolanda da Silva
Endereço / Telefone / E-mail
R. Maria da Conceição Ribeiro, 228 - Sta. Bernadete
Cep: 28.623-440 Tel: 2521-8715



iolanda@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Irineu Mineiro
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Sebastião Thomé, 89 - Catarcione
Cep: 28.614-280 Tel: 2533-4057
irineumineiro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Izabel Jovelina Monteiro
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Isaias Medeiros Lopes s/nº - Rui Sanglard
Cep: 28.635-567 Tel: 2527-3985 / 9.9805-7731
izabeljovelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Jamille Constantino Klein
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Marechal Floreano Peixoto, 37 - Perissê
Cep: 28.613-210 Tel: 2533-2295
jamille@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Jardinlândia
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Benjamim Constant, 850 - Ouro Preto/Jardinlândia
Cep: 28.605-000 Tel.: 2529-0252
jardinlandia@sme.novafriburgo.rj.gov.br
João Batista Faria (Cabrita)
Endereço / Telefone / E-mail
Praça 1º de março, 06 - Village
Cep: 28.605-170 Tel: 2523-0429
joaoabatista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Júlia Irene Gomes Andrade (Vovó Júlia)
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Presidente Raul Veiga, 210 - Olaria
Cep: 28.623-470 Tel: 2519-2152
juliairene@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Leda Tavares Moreira
Endereço / Telefone / E-mail
Rua Prudente de Moraes, 76 – Vila Nova
Cep: 28630-010 Tel.: 2522-9966
ledatavares@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Letícia Coutinho Soares



Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Ventura Spargoli, s/nº - Prado	
Cep: 28.635-080	Tel: 2527-5140
leticiaacoutinho@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Luz da Serra	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Valença, 185 - Debossan	
Cep: 28.615-630	Tel: 2519-4599
luzdaserra@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Manoel José Nogueira Peixoto	
Endereço / Telefone / E-mail	
Estrada João Heringer , s/nº - Vargem Alta	
Cep: 28.616-055	Tel: 2519-1147
manoelnogueira@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Maria Altina Niederauer de Oliveira Jorge	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Servidão Asa Branca, s/nº - Maringá - Riograndina	
Cep: 28634-476	Tel: 2533-2412
mariaaltina@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Maria Conceição Abicalil	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Darcília dos Santos, s/nº - Cordoeira	
Cep: 28.613-750	Tel: 2522-7789
conceicaoabicalil@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Maria Damasco Mouta	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Guilherme Henrique Spitz, 273 - Lumiar	
Cep: 28616-045	Tel: 9.9221-7300 (Unidade)
mariamouta@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Maria da Penha Monteiro Silva	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Antônio Lugon, 28 - Amparo	
Cep: 28.605-540	Tel: 2541-2170
mariadapenha@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Maria Duque Estrada Laginestra (JIMDEL) (Funcionando à Rua Clarindo da Rosa Teixeira, 40 - Conselheiro Paulino) CEP: 28.633-370	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua da Concórdia, 96 - Prado	



Cep: 28.635-210	Tel: 2520-5677 - 9.9215-7008
iimdel@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Maria Inês Andrade Bachini	
Endereço / Telefone / E-mail	
Avenida Antônio Mário de Azevedo, 1662 - Córrego D'Antas	
Cep: 28630-310	Tel.: 2529-3118
mariabachini@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Maria José Mafort (Funcionando no Centro Educacional Nossa Senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28620-050	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua São Roque, 240 - Olaria	
Cep: 28.623-380	Tel: 2521-5449
mariamafort@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Maura Rosa Rodrigues	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Cândido Pardal, 53 - Alto de Olaria	
Cep: 28.620-200	Tel: 2520-5814
maurarosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Menino Jesus	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Antonio Suaid, 149 - Jardim Califórnia	
Cep: 28.633-750	Tel: 2527-2972
meninojesus@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Nadir Cardoso	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Lair Rocha Turque, s/nº - Lot. Jacina - Chácara do Paraíso	
CEP: 28.605-350	Tel: 2523-0909
nadircardoso@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Othelina de Sá Martins Almeida Condack (Funcionando atrás da E. M. Vevey La Jolie)	
Endereço / Telefone / E-mail	
Av. Antônio Mário de Azevedo, 18.800 - Conquista	
Cep: 28.630-590	Tel.: 2543-4054
otelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Padre Luiz Yabar	
Endereço / Telefone / E-mail	
Av. Rui Barbosa, 223 - Centro	
CEP: 28.610-190	Tel: 2543-6297

padreyabar@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Conjunto 1

Escola / Telefone / E-mail	Endereço / Telefones / E-mail
Odette Rangel Wenderosck	Estrada Galdinópolis/Mirandela Rio Bonito de Lumiar s/nº Fri100 Cep: 28.616-970 - Não possui telefone
E.M. Francisco Ouverney	Córrego do Macuco - Macaé de Cima - Lumiar Cep: 28.615-800 Tel: 2542-9804 (orelhão próximo à escola)

Conjunto 2

Cep: 28.625-335	Tel: 2528-4575
princesaizabel@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Santa Terezinha	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Cordajás, s/nº - São Jorge	
Cep: 28.633-610	Tel: 2527-8648 / 9-9965-3669
santaterezinha@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Sebastiana Rosa Carneiro Mello (Av. dos Ferroviários nº 38 - Duas Pedras) CEP 28.633-010	
Endereço / Telefone / E-mail	
Av. dos Ferroviários s/nº - Lazaretto (Duas Pedras)	
CEP.: 28.633-070	Tel: 2522-6882
sebastiana@sme.novafriburgo.rj.gov.br	
Solares	
Endereço / Telefone / E-mail	
Rua Lobianco Pasquale, s/nº - Solares II - São Geraldo	
Cep: 28.600-000	Tel: 2529-2151
solares@sme.novafriburgo.rj.gov.br	

Escola	Endereço / Telefones / E-mail
E.M. Galdinópolis	Estrada Marcos Heringer, s/n - Galdinópolis - Lumiar
	Cep: 28.600-992 Tel: 2542-9919
E.M. Laper Lyra Fagundes	RJ 142, Km 16 - Santiago
	Cep: 28616-970 Tel.: 2542-4005 / 2519-9617
Conjunto 3	
Escola	Endereço / Telefones / E-mail
E.E.M. Boa Esperança	Estrada Boa Esperança - Lumiar, KM 3
	Cep: 28.616-970 Tel: 2542-4668
E.M. Boa Esperança	Estrada Boa Esperança - Lumiar - (Boa Esperança de Cima)
	Cep: 28.616-970 Tel: 2542-4046
Conjunto 4	
Escola	Endereço / Telefones / E-mail
E. M. Alípio da Silva Branco	R. Alcidimiro Bussinger, s/n - Stucky
	Cep: 28.605-000 Tel: 2519-4187
E.E.M. José Eugenio Muller	Fazenda Bela Vista s/nº - Alto das Braunes
	Cep: 28600-000 Tel: 2526-3296
Conjunto 5	
Escola	Telefones / E-mail
E.M. Celcyo Folly	Estrada Frib-Amparo, km 9, Parada Folly - Amparo
	Cep: 28605-606 Tel.: 2541-2100
E.E.M. Henrique Carlos Heckert	Estrada Nathanael Schuenck, s/n - Alto Schuenck
	Cep: 28605-000 Tel: 2541-1429
Conjunto 6	
Escola	Endereço / Telefones / E-mail
E.E.M. Ernesto de Souza Cardinot	Estrada Cardinot, s/n - Campo do Coelho
	Cep: 28630-590 Tel: 2521-6940
J.I. Herondino José da Rosa	Av. Antônio Mário de Azevedo, Km 19 - Conquista
	Cep: 28630-590 Tel: 2529-4001
E.E.M. Flor do Ipê	Estrada de Campinas, s/nº - Conquista
	Cep: 28630-590 Não possui telefone
Conjunto 7	
Escola	Endereço / Telefones / E-mail
E.M. Luiz Fonseca	Estrada Janela das Andorinhas, s/n - Riograndina
	Cep: 28600-000 Não possui telefone
E.M. Sítio dos Affonsos	Estrada Fazenda da Laje, s/n - Conselheiro Paulino
	Cep: 28633-000 Não possui telefone

